

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

**JUSTIÇA SOCIAL E A AGENDA 2030 DA ONU: DESENVOLVIMENTO E
DESIGUALDADES SOCIAIS - OS DILEMAS DA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA.¹**

**SOCIAL JUSTICE AND UN AGENDA 2030: DEVELOPMENT AND SOCIAL
INEQUALITIES - THE DILEMMA OF CONTEMPORARY SOCIETY**

Alex Sandro Rosa Manchini²

¹ Pesquisa referente ao Trabalho de conclusão de curso de graduação em Direito da Unijuí

² Aluno do curso de Graduação em Direito da Unijuí; Bolsista Voluntário do Grupo de Pesquisas e Direitos Humanos, Justiça Social e Sustentabilidade do Programa de Pós-graduação em Direito da Unijuí

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, governos e camadas societárias tidas como “conservadoras e elitizadas” relutam em aceitar a formulação de uma agenda de inclusão que contemple as comunidades menos abastadas socialmente, bem como a sua importância para a valorização humana. Contemporaneamente, nota-se que a pauta política das temáticas sociais, especialmente na América Latina e no Brasil, obteve avanços significativos em busca de sociedades mais justas e igualitárias, no sentido de fomentar políticas que propiciaram maiores incentivos ao crescimento social e econômico sustentável, buscando atender aqueles que, historicamente, foram “relegados socialmente”. Ocorre que, ao longo dos últimos anos, as mudanças, em especial, na política, propriamente dita, novamente sob o argumento do crescimento e da liberalidade econômica, bem como da mínima intervenção do Estado, lança novamente as estafes sociais menos favorecidas a uma posição de miserabilidade social, econômica e intelectual, deixando de atender grande parte da população com políticas inclusivas e sustentáveis, retomando processos de segregação social arcaicos e criminosos de exclusão de classes. Buscar soluções através de compromissos firmados e ratificados pelos órgãos governamentais como a Agenda 2030 é o desafio das sociedades contemporâneas visando retomar a pauta da inclusão justa de todos aqueles cuja sociedade e a política marginaliza, seja por sua cor, raça, gênero, condição social ou qualquer que seja a forma de desigualdade que os separa da justiça social plena e efetiva.

2. METODOLOGIA

A metodologia empregada é a revisão bibliográfica e a pesquisa é do tipo exploratória. Utiliza no seu delineamento a coleta de dados em fontes bibliográficas disponíveis em meios físicos e na rede de computadores, bem como na base principal do primeiro capítulo da monografia acadêmica de conclusão de curso do autor. Na sua realização foi utilizado o método de abordagem hipotético-dedutivo.

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A constante luta social frente as desigualdades, objetivando a busca da oportunidade de ascensão, partindo de uma condição de equivalência à toda sociedade, especialmente, aquela considerada mais carente de recursos e de acesso as políticas contemplativas na contemporaneidade, toma corpo no campo de estudos a partir das discussões propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1961, quando da concretização de ações chamadas de “Décadas de Desenvolvimento das Nações Unidas”. O ideário da ONU ao longo dessas décadas, propõem tratativas e esforços concentrados visando a prosperidade e o bem-estar a partir da inclusão social, nos chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), um dos primeiros passo da entidade visando traçar metas quantitativas que pudessem alcançar, além do crescimento econômico, objetivos sociais voltados para o combate à fome e a pobreza, além de fomentar o pleno emprego, a saúde, a educação e a inclusão social.

Os avanços e as novas tratativas governamentais em conjunto com organismos internacionais, discutidas e implementadas em documentos oficiais como a Agenda 21 e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 1990-2015, deram nova perspectiva de uma mudança de realidade que buscasse ao menos, uma tentativa da implementação de políticas públicas inclusivas.

Mesmo com os esforços concentrados ao longo dos anos para a busca da justiça social e o combate às desigualdades, os governos, que pouco contribuíram para que as metas ousadas por eles elencadas como prioridades frente aos organismos internacionais se efetivassem em benefício de suas comunidades, igualmente, pouco avançaram frente a seus interesses econômicos diversos e antagônicos aos ideais de construção de políticas sociais, afins com os objetivos sustentáveis. Com políticas de governo e matrizes produtivas voltada a lucratividade excessiva e o sistema globalizado neoliberal que mantém em políticas governamentais cada vez mais importância ao mercado capital que aos direitos valorativos e inclusivos da sociedade, cria-se um dos grandes empecilhos para a efetivação dos objetivos sustentáveis e para os avanços de pautas que versem sobre a valoração dos Direitos Humanos.

Tal processo não fora diferente no Brasil que, mesmo sob a ótica de uma Constituição Federal cidadã e garantidora de direitos humanos e sociais, e ainda, antes do seu processo de redemocratização, experimentou de forma efetiva a política neoliberalista que relegou os direitos sociais, para o atendimento de demandas econômicas diversas da inclusão justa e sustentável. O atendimento de uma política voltada a economia de mercado com ênfase na valorização do capital, aumentou ainda mais o abismo que separava a concretização da justiça social, da realidade fática e econômica de privilégios as “minorias mais ricas da Nação”.

No mesmo sentido, nos países latino-americanos, as experiências políticas voltadas a projetos de governo que atendem, de forma única e exclusiva, a interesses de esferas sociais econômicas e liberais não fora diferente e, os aspectos intrínsecos que atualmente a política brasileira tem sofrido no cenário atual (especialmente, no que tange a derrubada de governos democraticamente eleitos

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

em busca do poder último, bem como a eleição de governantes voltados à políticas de direita-radical), muito se parecem com o processo de ocorreu, tanto no período militar brasileiro, quanto na alteração estrutural política, social e econômica a partir de conceitos neoliberalistas como o iniciado a partir da década de 1970, no Chile.

A notória intervenção de economias de mercado e de políticas que visam a garantia de um afastamento entre o desenvolvimento sustentável e a sociedade justa e igualitária (exemplo dos Estados Unidos e sua voracidade econômica), efetiva-se desde os tempos mais remotos em toda América Latina, incentivando a eleição e golpes regionalizados, na busca por governos que atendam a lucratividade norte-americana, entregando de forma quase que gratuita, estatais e riquezas nacionais através da privatização a especulação estrangeira, gerando ainda uma subordinação econômica idealizadora frente a estes governos latino-americanos. Tal efeito, provoca um significativo aumento da desigualdade em nações tão empobrecidas (na forma econômica, cultura e intelectual) que, além de lutar pela busca igualitária e romper com paradigmas sociais e culturais internalizados, ainda tem de estrutura-se frente as imposições econômicas fundadas nas opressivas manobras do mercado neoliberal, que desestrutura sociedades tão alijadas por políticas de governo internas, balizadas em atendimentos de demandas de classe (não as menos favorecidas).

Por seu turno, o processo de globalização neoliberalista e de flexibilização econômica, frente as crises que se iniciam a partir do ano de 2008, na Europa, acelera a busca por políticas cíclicas que contemplem a livre economia de mercado (vinculadas à regimes políticos considerados de extrema-direita), em detrimento às demandas coletivas sociais, enfraquecendo as relações de equidade econômica e fortalecendo o entendimento arcaico da exploração pelo capital.

A exemplo do Brasil, (tomando-se por bases o período democrático pós-Constituição de 1988) as demandas são geridas por estafes políticas que dominam o Congresso Nacional o Senado multifacetadas nas conhecidas bancadas ruralistas (grandes produtores rurais), religiosas (que ao longo dos anos aumentam motivadas por um princípio próprio e específico de família e de moral), econômicas (deputados e senadores envolvidos com grupos econômicos que objetivam somente a lucratividade através da máquina pública), dentre outros grupos que visam o atendimento de demandas específicas, visivelmente antagônicas à necessidade, ao desenvolvimento sustentável igualitário e a justiça social, aumentando ainda mais a desigualdade entre ricos e pobres no Brasil.

Da mesma forma, traçar um paralelo entre a pobreza e o desenvolvimento torna-se de suma importância para o tema. Conforme Amartya Sen (2000) a pobreza pode ser entendida como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo, não se atendo apenas a uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido. Assim, tal conceito de privação relativa que ele atribui à pobreza, está diretamente relacionado com a visão de desenvolvimento, sendo este considerado pelo Prêmio Nobel, um processo de expansão das liberdades das pessoas, no aspecto constitutivo e instrumental.

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

Combinar o uso extensivo dos mercados com o desenvolvimento de oportunidades sociais deve ser visto como parte ainda mais ampla que também enfatiza liberdades de outros tipos (direitos democráticos, garantias de segurança, oportunidades de cooperação, etc). [...] a identificação de diferentes liberdades instrumentais (como intitulentos econômicos, liberdades democráticas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora) tem por base o reconhecimento do papel de cada uma, bem como de suas complementariedades. (SEN, 2000, p. 152)

Assim, na abordagem qualitativa de Amartya Sen, os aspectos delineadores para a definição de pobreza vão além dos indicadores econômicos e materiais, transcendendo à uma amplitude de privações de potencialidades e capacidades de cada indivíduo, perpassando pela abordagem de privações de ordem social, de direitos, saúde, educação, moradia, de garantias de um ambiente saudável e economicamente sustentável, dentre tantas outras situações que relegam o cidadão a condição de pobreza e exclusão social. Entende-se portanto que tal conceito sobre o tema é de extrema complexidade, incluindo-se em diversas dimensões e situações regionalizadas, não podendo ser analisado a partir de uma ou duas causas, isoladamente, sendo de tal importância seu estudo, que avança não somente nos ideários economicistas ou políticos, não podendo ser desvinculados da ideia de justiça social e desenvolvimento sustentável.

Para que se alcance a efetividade no combate à pobreza e as desigualdades, deve-se entender que o desenvolvimento prescinde de crescimento econômico e cidadão, no enfrentamento dos problemas atrelados à supressão das potencialidade humanas, bem como na melhoria dos índices gerais de qualidade de vida e o combate sistêmico das discriminações (raciais, sociais, de classe, gênero, políticas, dentre outras). Com isso, o desenvolvimento fundado no ataque direto aos problemas relacionados, garantem a oportunidade a todos de forma igualitária e equânime, reconhecendo e enfrentando a exclusão social, e tornando o acesso cada vez mais inclusivo e cidadão, formando sociedades que presem e efetivem as garantias coletivas, individuais e sociais, bandeiras de combate a miserabilidade e a falta de oportunidades justas e sustentáveis.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que pese os esforços de entidades voltadas ao desenvolvimento e efetivação dos direitos humanos, bem como a longa luta traçada para a articulação de políticas públicas que contemplem o desenvolvimento das capacidades humanas, as esferas políticas, econômicas e de estafe social de forma literal e irrestrita “boicotam” a implementação da Agenda 2030, bem como de outros projetos ligados aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, na clara e manifesta intenção de que os avanços e conquistas sociais não integrem seu plano de governo, voltado a especulação do capital, da força de trabalho degradante, e de outras práticas economicistas ligadas de forma direta ao neoliberalismo econômico.

O combate às desigualdades sociais cada vez mais presentes em nossa contemporaneidade está ligado de forma direta aos planos políticos de cada governo, e em poucas vezes na história brasileira (mais precisamente, nos Governos dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

Rousseff) foi possível contemplar avanços significativos na busca pela efetivação de direitos coletivos que mais estivessem alinhados com a Agenda 2030, bem como com a valorização das camadas sociais antes relegadas por sistemas políticos e econômicos.

Por seu turno, importante observar que a América Latina, infelizmente, ao longo de dezenas de anos, tem sido tratada com “campo experimental” de políticas econômicas de países considerados hierarquicamente desenvolvidos que, através de sua influência capitalista, impõe regimes e financia ativistas políticos centrados a suas linhas de pensamento econômico, que pouco se importam com o bem-estar de toda uma sociedade, lançando-as a uma miserabilidade intelectual, econômica e social.

As importantes contribuições documentadas e ratificadas por chefes de Estado e de Governo, e altos representantes de 193 Estados-membros da ONU através da Agenda 2030, especialmente inclusos em seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas a serem desenvolvidas ao longo dos próximos anos (até 2030), são uma importante ferramenta de inclusão sustentável da sociedade, pois objetivam de forma clara a erradicação da pobreza e a promoção de uma vida digna para todos os habitantes do planeta. As claras metas incentivam todos os países à adotarem, conforme as suas pautas prioritárias, em espírito de uma parceria global, ações efetivas buscando uma melhora significativa na vida das pessoas, inclusive em um futuro próximo.

PALAVRAS-CHAVE: Agenda 2030. Desigualdade Social. Direitos Humanos. Neoliberalismo. Justiça Social

KEYWORDS: Agenda 2030. Social Inequality. Human rights. Neoliberalism. Social justice

REFERÊNCIAS

HARVEY, David. Breve história del neoliberalismo. Tradução: Ana Varela Mateos. Madrid: Ediciones Akal. S.A. 2007.

LA MATRIZ de la desigualdade social em América Latina. Disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/events/files/matriz_de_la_desigualdad.pdf. Acesso em: 09 jul. 2019.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

TRANSFORMANDO nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/>. Acesso em 19 jul. 2019.